



Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias¹

Wesley Santos²

Liana de Paula³

Joana Rodrigues⁴

Resumo: O artigo apresenta e discute os resultados dos territórios de Guarulhos que compuseram a pesquisa “Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações”, realizada pela Unifesp entre abril e dezembro de 2020. Nele, discutimos as especificidades dos dois territórios pesquisados em Guarulhos, ambos situados no bairro dos Pimentas, focalizando a discussão sobre desigualdades, classes sociais e experiências e vivências das periferias urbanas, e os eixos analíticos constituídos para todos os territórios da pesquisa, que buscaram relacionar as desigualdades vividas e as experiências frente à pandemia.

1 Este artigo é uma versão revista do *paper* “Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias”, publicado nos anais do 20º Congresso Brasileiro de Sociologia - Belém, 2021 (virtual). Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Tide Setubal, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo.

2 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo/SP – Brasil – wlsantos@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2561-7803>.

3 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo/SP – Brasil – liana.paula@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0755-1468>.

4 Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo/SP – Brasil – rodrigues.joana@unifesp.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1680-1449>.

Palavras-chave: Territórios; Desigualdades; Periferias urbanas; Pandemia de COVID-19.

Peripheral experiences in the city of Guarulhos (Brazil) during the pandemic of COVID-19: urban space, vulnerable territories, and controversies

Abstract: *The paper presents and discusses the results in a peripheral area of Guarulhos of the research “Inequalities and vulnerabilities in the COVID-19 epidemic: monitoring, analysis and recommendations”, carried out by Unifesp from April until December of 2020. We discuss the specificities of two peripheral territories in Guarulhos, both situated in the Pimentas’ neighborhood, focusing on the discussion on inequalities, social classes and experiences and knowledge of the inhabitants of urban peripheries. We also compare these specificities to the analytical axes constituted for all the research territories, which sought to address the inequalities experienced in the face of the pandemic.*

Keywords: *Territories; Inequalities; Urban peripheries; COVID-19 pandemic.*

Experiencias periféricas en Guarulhos durante la pandemia COVID-19: espacio urbano, territorios vulnerables y controversias

Resumen: El artículo presenta y discute los resultados en los territorios de Guarulhos de la investigación “Desigualdades y vulnerabilidades en la epidemia de COVID-19: seguimiento, análisis y recomendaciones”, realizada por la Unifesp en colaboración con la Fundación Tide Setubal entre abril y diciembre de 2020. En él se discuten las especificidades de los dos territorios de Guarulhos, tanto en el barrio de Pimentas, centrándonos en la discusión sobre desigualdades, clases sociales y experiencias y vivencias de las periferias urbanas, como en los ejes analíticos constituidos para todos los territorios de investigación, que buscaban relacionar las desigualdades vividas y vivencias ante la pandemia.

Palabras clave: Territorios; Desigualdades; Periferia urbana; Pandemia de COVID-19.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa “Desigualdades e vulnerabilidades na epidemia de COVID-19: monitoramento, análise e recomendações”, desenvolvida durante a primeira onda da pandemia, entre

abril e dezembro de 2020, em uma parceria da Fundação Tide Setubal com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)⁵. O principal objetivo foi avaliar as conexões entre as desigualdades vividas pelas populações residentes em 16 territórios⁶ da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Baixada Santista e suas experiências frente à pandemia de COVID-19. Para atingir esse objetivo, articularam-se, como objetivos secundários: a necessidade de caracterização desses territórios por meio de dados secundários; a identificação dos principais problemas de infraestrutura e acesso; o mapeamento dos movimentos sociais que atuam nesses territórios; e a percepção das microrrelações sociais entre os moradores e seu contexto socioeconômico, familiar e pandêmico. Para a realização da pesquisa, foi utilizada metodologia mista, conciliando estratégias quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados. No campo quantitativo, destacaram-se a aplicação de questionários estruturados e a análise de dados secundários. No âmbito qualitativo, somaram-se a realização de entrevistas (semiestruturadas e narrativas), a revisão bibliográfica de conceitos-chave e o registro das vivências dos moradores locais.

A pesquisa resultou em seis eixos de análise dos problemas mais citados ao longo do trabalho de campo, que foram construídos de acordo com os principais temas levantados durante a interação com os movimentos sociais e moradores dos territórios da pesquisa. São eles: (1) vulnerabilidade, risco, moradia e renda; (2) as violências a que as populações dos territórios estão submetidas, com foco na violência de gênero e policial; (3) sofrimento mental e uso intensivo de substâncias; (4) saúde, informação e prevenção; (5) acesso a auxílios e redes de solidariedade; e (6) a insegurança alimentar.

5 Sob a coordenação geral de Lumena Almeida Castro Furtado, esta pesquisa foi uma iniciativa multidisciplinar e *multicampi*, que contou com a participação de 108 pesquisadores, entre professores e alunos dos *campi* Vila Clementino/São Paulo, Zona Leste/São Paulo, Guarulhos, Baixada Santista, Osasco e Diadema da Unifesp, e membros dos 16 territórios em que a pesquisa foi realizada. Agradecemos à equipe de pesquisadores/bolsistas de Guarulhos: Andreia da Cruz Barbosa, Pedro Henrique Antônio Lessa Otsuzi, Renan Ribeiro de Figueiredo, Jhonatan Wandrey Andrade Souto, Ana Bárbara Moreira Rossato, Bianca Sacramento dos Santos, Mauricio de Sena Monteiro, Kaylane Sales Carvalho e Emily Pinheiro dos Santos, sem os quais a pesquisa não teria sido possível.

6 São eles: em São Paulo: Heliópolis, Fluxo/Cracolândia, Vila Mariana Classe Média, Vila Mariana Comunidades, Vila Miguel Inácio Curi, Vila da Paz e Jardim Helian; em Diadema: Eldorado; em Guarulhos: Conjunto Residencial Tangará* e Núcleo Mabel Assis/UNEAfro; em Osasco: Quitaúna, Morro do Socó, Bairro Bandeiras e Bairro Portal D'Oeste; e em Santos: Bairro do Saboó e Bairro Alemoa.

* Por se tratar de um conjunto residencial específico, e não de um bairro, optamos por usar um nome fictício para resguardar a identidade das interlocutoras e dos interlocutores.

Apresentamos neste artigo os resultados qualitativos⁷ dos dois territórios da pesquisa em Guarulhos, na RMSP. Foram eles: o Núcleo Mabel Assis da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNE-afro) e o Conjunto Residencial Tangará⁸, ambos no bairro dos Pimentas, onde também se situa o *campus* de ciências humanas da Unifesp. Nossa abordagem metodológica englobou, além das orientações gerais discutidas por toda a equipe da pesquisa, o debate atual acerca de estudos das ciências sociais em territórios vulneráveis. Além desses campos, merecem destaque também o diálogo com conceitos da antropologia urbana, sociologia urbana e o uso de referências do campo do planejamento urbano.

Materiais e métodos

Como ponto de partida da pesquisa, foram levantados dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e DataSUS, de caracterização dos territórios e identificadas lacunas nessas bases de dados. Elas apareceram tanto em quantidade quanto no aspecto temporal e no nível de desagregação buscado,⁹ e surgiram dessa pesquisa inicial as demandas de pedido de acesso a outras bases de dados junto às secretarias municipais. Nos parágrafos que seguem, incorporamos alguns dados que serviram de direcionamento para um *frame* do bairro dos Pimentas, em Guarulhos, há uma década.

Com 169.935 habitantes, o bairro dos Pimentas é um dos dez bairros mais populosos do Brasil, com base na atualização populacional fornecida pelo IBGE em 2015. Caracteriza-se como o maior do município de Guarulhos e nele se localizam os dois territórios estudados por esta pesquisa. Ainda de acordo com as estimativas do IBGE, a região possui uma das menores rendas *per capita* entre os municípios mais populosos do país.¹⁰

7 A amostra dos questionários foi desenhada para a totalidade dos territórios da pesquisa, exceto a Cracolândia (Fluxo) e a população de classe média da Vila Mariana. Assim, não é possível apresentar os resultados quantitativos específicos para os territórios de Guarulhos.

8 O Condomínio Residencial Tangará foi um dos primeiros conjuntos residenciais do Programa *Minha Casa Minha Vida* a ser inaugurado no bairro dos Pimentas, e teve sua implantação repleta de problemas de infraestrutura. Essa condição se manteve ao longo do processo de verticalização da região com a inauguração dos demais condomínios, culminando em uma relação de distinção entre os condomínios mais pobres (lidos como socialmente inferiores), como o Tangará, e os condomínios mais “novos” e organizados.

9 Quantidade no sentido da pluralidade de indicadores que se esperava ter acesso, especialmente aqueles ligados aos casos de COVID-19 por área censitária (fragmento de bairro) ou nível de desagregação similar. Já ao falar do aspecto temporal, leia-se a não atualização dos dados pela não realização do Censo previsto para 2020.

10 A renda do bairro dos Pimentas era estimada em R\$ 315,00 reais.

Como forma de aproximação com os moradores e movimentos sociais dos territórios e do desenvolvimento de uma metodologia participativa, foram criadas as comissões de acompanhamento da pesquisa nos territórios (Furtado *et al.*, 2020; Mynaio e Costa, 2018). Essas comissões ajudaram a estabelecer uma relação de confiança entre lideranças locais, moradores e os integrantes da pesquisa, facilitando a realização do estudo. Em virtude das orientações de distanciamento social como prevenção à COVID-19, grande parte das atividades de pesquisa foi realizada de forma remota (por videochamadas e chamadas telefônicas). Ainda assim, houve coleta presencial de dados no Conjunto Residencial Tangará, com a realização de algumas entrevistas e das narrativas e observações das dinâmicas locais. Desse modo, foi possível levantar dados qualitativos sobre a configuração física e o perfil e as experiências de parte dos moradores do Conjunto Residencial Tangará,¹¹ pois se trata de um território que carece de dados estatísticos atualizados no que diz respeito à constituição do seu perfil demográfico.

Na parte qualitativa, a metodologia adotada englobou a pesquisa de campo de cunho etnográfico (Beaud e Weber, 2015), em que trabalhamos com relatos e memórias das experiências dos pesquisadores nos territórios, observações diretas das poucas incursões presenciais que foram possíveis de serem realizadas, narrativas dos moradores e entrevistas semiestruturadas. Excetuando as entrevistas, que tiveram um direcionamento dos eixos temáticos presentes no roteiro, as demais técnicas procuraram uma leitura mais abrangente das percepções dos moradores/participantes e dos pesquisadores/bolsistas sobre suas experiências nos territórios.

A realização da pesquisa durante a primeira onda da pandemia implicou em uma série de limitações da presença da equipe nos territórios e na busca de formas alternativas de coleta de dados. Assim, as experiências prévias dos pesquisadores nos territórios foram incorporadas na perspectiva de etnografias da memória como forma de compensar as limitações de ida a campo impostas pela pandemia. Essas experiências anteriores se deram tanto em razão de projetos de extensão realizados entre o *campus* Guarulhos da Unifesp e a comunidade, os quais contaram com a participação desses pesquisadores, quanto por meio de pesquisadores que são alunos da instituição e moram nesse território.

Iniciamos a construção da etnografia do Conjunto Residencial Tangará recorrendo a relatos de memória dos pesquisadores que residem no local. As

11 O Conjunto Residencial Tangará é composto por 13 blocos de apartamentos com quatro andares cada, com população estimada em três mil pessoas.

ciências humanas por vezes encontram na memória uma forma de construção epistemológica, sendo comum na história oral e na antropologia o uso de relatos para a apreensão de comportamentos individuais, coletivos e caracterização territorial (Venson e Pedro, 2012; Bezerra, 2015).

Para essa abordagem, foram realizadas duas práticas para exercitar os pesquisadores em campo. Assim, o primeiro exercício consistiu na elaboração de textos descritivos dos territórios, revisitando as primeiras impressões de chegada. A esses textos, somaram-se a realização de entrevistas (semiestruturadas e narrativas) e a revisão bibliográfica, que serviram para a discussão de toda a equipe e elaboração de um primeiro conjunto temático a ser analisado: (a) o Tangará como projeto habitacional de moradia popular; (b) as famílias chefiadas por mulheres, com vários casos de maridos presos; (c) a ocupação e ressignificação dos espaços, com especial atenção para: (1) a criação de espaços de lazer, cultura e entretenimento e 2) para o comércio local; e (d) o condomínio, a comunidade e a favela, centrados na relação dos moradores com a moradia anterior e com os vizinhos do bairro.

O segundo exercício trabalhou com memórias marcantes, ou eventos memoráveis para os pesquisadores em suas experiências no território. Assim, cada um procurou escrever sobre um evento ou situação que considerou relembável. Enquanto o primeiro exercício buscava uma descrição do território, o segundo enfocou o olhar sobre as dinâmicas sociais dos moradores, trabalhando com a perspectiva do estranhamento do olhar de quem vinha de fora. No nosso caso, os “forasteiros”, estrangeiros somos nós, pesquisadores vinculados à universidade. E o exercício do estranhamento, que desnaturaliza relações que parecem naturais, mas são sociais, é fundamental na construção da análise qualitativa da pesquisa de campo (Da Matta, 1978).

Para o aprofundamento dos dados coletados nos questionários, o método escolhido foi o das entrevistas semiestruturadas. Na literatura, as principais referências adotadas versam sobre estratégias relativas à relação pesquisador-pesquisado (Roulston, Demarrais e Lewis, 2003; Boni e Quaresma, 2005; Barbot, 2015). Essas técnicas envolvem o estabelecimento de sociabilidades e a busca de mitigação das assimetrias existentes entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa. Estudos com grupos vulneráveis possuem uma série de especificidades; nesse caso, elas foram acrescidas do agravante da pandemia. Foram realizadas oito entrevistas, sendo cinco com mulheres moradoras do Conjunto Residencial Tangará e três com pessoas vinculadas ao Núcleo Mabel Assis, duas mulheres e um homem.

Outro material utilizado como base para percepção de vivências foi o diário de campo, analisado e percebido aqui em consonância com a concepção de Chauvin (2015), que orienta a estrutura para esse registro e, em especial, os caminhos possíveis para sua análise. Nessa categoria, incluem-se depoimentos dos integrantes, registros fotográficos e a percepção da pesquisa como um todo.

O último método de aprofundamento adotado foi o de narrativas (ou entrevistas narrativas). O método é similar à aplicação de uma entrevista aberta, quando, após o estímulo dado pelos entrevistadores com uma pergunta ampla, o participante passa a narrar sua percepção e todas as perguntas que sucedem essa primeira são baseadas na própria fala do interlocutor; assim sendo, não possui um roteiro prévio. A utilização desse método se deu em razão da necessidade de ouvir os interlocutores dos territórios, oferecendo-lhes liberdade para tocar nos assuntos que julgavam importantes na pandemia. Ao todo, foram feitas quatro narrativas: duas com moradores do Conjunto Residencial Tangará, um homem e uma mulher; uma com uma professora; e uma com uma aluna do cursinho do Núcleo Mabel Assis.

Por fim, o protagonismo da comissão de acompanhamento da pesquisa no Tangará foi fundamental no sentido do levantamento da complexidade ali existente por conta das condições socioeconômicas e de saúde (mental e física) e das relações familiares que vem se desenvolvendo desde sua inauguração, em 2012, quando se deu a chegada de moradores vindos de diversas regiões do município de Guarulhos.

Quanto à comissão do Núcleo Mabel Assis, tivemos todo apoio e colaboração dos coordenadores, dos professores e dos discentes que puderam participar, mesmo com as dificuldades desse período e a sobrecarga de demandas. O contato entre a Unifesp e o Núcleo já existia antes da pesquisa, com idas dos seus alunos ao *campus* para participação em aulas inaugurais e eventos diversos. Mas ele foi solidificado durante esse estudo, como consequência de a pesquisa tocar em temas caros aos seus interesses de atuação. Contudo, em virtude das orientações de isolamento social, o espaço físico do Núcleo ficou fechado e as aulas presenciais suspensas durante toda a pesquisa, de modo que todos os contatos e a coleta de informações foram feitos remotamente, sem incursões presenciais.

Classes e territórios: conceitos e atravessamentos

A entrada em campo é um processo delicado de adaptação aos espaços, às pessoas, aos códigos partilhados e aos estímulos. Mesmo com a pluralidade de manuais e textos metodólogos de ciências sociais, que versam sobre formas e

situações ideais, é certo que o campo possui subjetividades que podem ser pouco generalizáveis. Acaba por ser particular a construção de cada campo, sua entrada e as variáveis que podem suavizar ou acirrar as tensões que o envolvem.

Pesquisas em territórios vulneráveis não são temas inéditos no campo das ciências sociais. Fundamentalmente na sociologia e na antropologia, esse debate é bastante vasto na literatura,¹² assim como o desenho de pesquisa construído com maior participação dos interlocutores. Nesse caso, a ênfase se mostra necessária em razão do tempo de aproximação e realização do campo da pesquisa. Desde o período em que se compôs a equipe da pesquisa em Guarulhos até a fase de entrada em campo, passaram-se aproximadamente 60 dias. Ao todo, o período de aplicação de questionários, realização do inquérito sorológico e realização de entrevistas durou 120 dias. Em um período tão curto de tempo, a construção de vias de acesso e comunicação com representantes locais e moradores, em especial as comissões de acompanhamento, viabilizou a pesquisa. Também pudemos contar com a experiência prévia de parte dos nossos pesquisadores nos territórios e com o apoio de outros colegas pesquisadores, que disponibilizaram suas redes de contato.¹³

O quadro teórico incorporado na consolidação dos dados da pesquisa visou pensar as interseccionalidades na manifestação das desigualdades. No campo, a percepção de assimetrias de renda, de gênero e de raça foi flagrante desde as primeiras tratativas. Esse arranjo de sobreposição de desigualdades é um denominador comum em estudos decoloniais (Fraser, 2001; Kilomba, 2010) e pode ser percebido também em estudos identitários.

As origens de formação das discussões decoloniais e sua relação com o território ajudam a explicar questões intrínsecas nas formações das periferias urbanas. A cidade de São Paulo e sua região metropolitana conservam a estrutura tradicional de cidades constituídas em função de estruturas fabris. Apesar da forte tendência de descentralização dos postos de trabalho advinda de novas concepções de legislações de zoneamento (Lei de Uso e Ocupação do Solo) e plano diretor, os marcadores das formações de cidades industriais ainda se mantêm em grande medida.

12 Além da literatura internacional decolonial e de referências de estudos fronteiriços, o campo de estudos periféricos é amplamente abordado com casos brasileiros marcantes. É esse o caso de *Individualismo, anonimato e violência na metrópole* de Gilberto Velho (2000), *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana* de José Guilherme Magnani (2002) e *Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno* de Ananya Roy (2017), estudos que tratam a ideia de cidade e território como uma disputa permanente de espaço, onde se reproduzem variadas desigualdades dos centros para as margens

13 Nesse sentido, agradecemos a colaboração da professora Marta Denise da Rosa Jardim por disponibilizar suas redes de contato com moradores e lideranças locais.

Ao tratar da formação das periferias da Região Metropolitana de São Paulo, é impossível não se falar da migração massiva de trabalhadores nordestinos para o Sudeste na segunda metade do Século XX (Fontes, 2008; Magalhães, 2015). Esse fenômeno foi relatado por entrevistados de faixa etária mais elevada, ao falarem de suas origens no questionário e com mais detalhe nas entrevistas, salientando as dificuldades de moradia que tiveram antes de acessar o programa habitacional do governo federal e mesmo depois, com todas as controvérsias percebidas pela experiência de campo no condomínio.

Tendo como referência, entre outros autores, a discussão de Lima (2016) e os cuidados no desenvolvimento de pesquisas em territórios vulneráveis, a vulnerabilidade socioeconômica e de acessos foi considerada um marcador analítico estruturante ao longo da pesquisa. É demonstrado por meio desse marcador que, mesmo em territórios vizinhos, há intensas diferenças no nível educacional e na condição socioeconômica. A segregação socioespacial explorada por Hughes (2003)¹⁴ é notada na região ao se perceber o processo histórico de separação desse território em relação às regiões mais estruturadas da cidade. E, mesmo em um conjunto habitacional vertical com função social de integração, como é o caso do Conjunto Residencial Tangará, construído no âmbito do programa *Minha Casa Minha Vida*, percebe-se que se mantém a lógica de busca de áreas para construção cujo metro quadrado tenha valor mais baixo, geralmente nas periferias da cidade de São Paulo e da Região Metropolitana.

Embora possamos dizer que o bairro dos Pimentas seja periférico no duplo sentido, por ser distante geograficamente do centro de Guarulhos (mais ainda, do centro de São Paulo) e por abrigar uma população de baixa renda, é importante ressaltarmos que o bairro tem passado por diversas mudanças desde o início de 2000. Pensando em marcos dessa transição, a abertura do *Shopping Bonsucesso* e do *campus* da Unifesp, respectivamente, em 2006 e em 2007, e os investimentos da prefeitura em novos equipamentos públicos, como o Hospital Municipal dos Pimentas e Bonsucesso, o Terminal de Ônibus e o Centro de Educação Unificado (CEU) Pimentas, estes dois últimos na mesma Estrada do Caminho Velho que abriga o *campus* da Unifesp, foram acompanhados de um intenso crescimento da população residente e de uma sutil gentrificação na paisagem urbana do bairro, alterando a estrutura populacional da região.

Desde o último Censo Demográfico, em 2010, a população do bairro dos Pimentas cresceu acentuadamente, em especial, devido à construção de diversos

14 Hughes (2003) teve como objeto de pesquisa três distritos considerados de alta exclusão social na cidade de São Paulo, sendo eles Jardim Ângela, Brasilândia e Cidade Tiradentes.

conjuntos habitacionais¹⁵. Para darmos um exemplo, e nos limitando às imediações do *campus* da Unifesp, os terrenos vazios que existiam quando de sua inauguração, em 2007, deram a lugar a conjuntos residenciais do Programa *Minha Casa Minha Vida*. Antes da pandemia, estavam em finalização outros conjuntos residenciais, construídos pela iniciativa privada e voltados para um público de maior renda em relação aos beneficiários locais do *Minha Casa Minha Vida*.¹⁶ A existência desses e de outros conjuntos residenciais construídos no formato de empreendimentos privados aponta a sutil gentrificação pela qual tem passado o bairro dos Pimentas, ampliando a proporção de residentes de classe média baixa em relação aos de baixa renda. Essa mudança também se revela no comércio local, particularmente no trecho da estrada Juscelino Kubitschek de Oliveira que vai do *Shopping* Bonsucesso até o cruzamento com a estrada da Água Chat.

Mapa 1 – Croqui com a distribuição dos distritos da cidade de Guarulhos, com ênfase ao Bairro dos Pimentas, onde está localizado o Residencial Tangará



Fonte: Prefeitura Municipal de Guarulhos – base de dados GUARUGEO e Google Earth, adaptado pelos autores

A faixa de renda do Programa *Minha Casa Minha Vida* atendida no Conjunto Residencial Tangará – e em seus vizinhos Jacuguaçu e Cambacica – foi a primeira

15 Em função dos condomínios, o número de moradores da região aumentou exponencialmente. Se pensarmos no setor censitário onde se localiza o condomínio estudado, os dados do IBGE (2010) indicavam uma população de 657 moradores. Estimamos que, só no Tangará, haja aproximadamente 3000 moradores.

16 Ao longo da pesquisa, o antigo programa *Minha Casa Minha Vida* teve seu nome alterado para *Casa Verde e Amarela* e a faixa de renda mais baixa foi alterada de até R\$1.800,00 para até R\$2.000,00.

faixa, com requisitos de renda mensal mais baixos, de até R\$1.800,00. O Tangará é composto por 13 blocos, cada um com 48 apartamentos, sendo esses de dois tamanhos: 44 m² ou 55 m². Todos os apartamentos têm dois quartos, sala, cozinha e banheiro, em que se inclui uma área minúscula que pode ser entendida como “área de serviço”, onde está instalado um tanque de lavar roupas. Os moradores que ali residem vieram de outras periferias e ocupações precárias, de desapropriações de áreas nas regiões próximas à ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos, ou de desocupações de áreas de risco (enchentes e desabamento) ou de áreas não-urbanizadas. O trecho a seguir da narrativa de Ana¹⁷ sobre suas experiências de moradia antes da ida para o Tangará ilustra essa questão:

Ana: Quando eu cheguei para morar lá (na comunidade Bem-te-vi), a comunidade era lá dentro, né? E a gente morava no começo, mas a gente morava numa vilinha que só morava 11 família, né? [...] Mas passou o tempo e eu acabei ganhando um barraco na favela. Com toda a comunidade, aconteceram muitas coisas. Aí, eu fui e ganhei um barraco, que estava lá desocupado e o pessoal me deram para eu morar. E eu arrumei ele todo bonitinho e fui morar. Porém, ele era de uma pessoa que tinha saído de lá para ir para o auxílio aluguel porque ia sair o apartamento. Quando foi no começo de 2014, não, 2013, o pessoal começou a sair de lá. Então, o pessoal começou a sair e esse barraco que eu morava, a moradora ia ganhar um apartamento no Pichororé [pelo programa *Minha Casa Minha Vida*]. O nome dela já tinha saído e tal. E, para ela ganhar o apartamento, o barraco dela tinha que estar desocupado. E, tipo assim, o pessoal da habitação chegou e falou que eu tinha que sair. E eu olhei para um lado, olhei para outro e falei: ‘é agora? O que eu vou fazer?’ Porque, assim, na comunidade, todo mundo já é cadastrado desde 1994. Já tinha passado o pessoal para fazer o cadastro. Mas era aquela coisa que o pessoal achava que nunca ia sair, né? Então, eu era a única pessoa que morava lá que não tinha cadastro. E aí eu fui, encontrei um amigo meu e ele disse: ‘..., lá atrás do meu barraco tem um espaço para fazer um. Você quer fazer?’ Falei: ‘Quero!’ [...]. Aí chegou lá... Rapaz, a situação estava meia crítica. De mato, estava dando no peito. Ele falou: ‘Você tem coragem?’ Falei: ‘Tenho’. Aí comecei a limpar e tal. Lá era uma casa que o senhor tinha morrido de cachaça e a prefeitura tinha derrubado, né? Porque enchia lá. Aí derrubaram só mais o telhado, mas deixaram as paredes feitas. Aí a gente conseguimos limpar tudo, tirar a lama, porque a lama estava quase

17 Todos os nomes dos interlocutores foram trocados por pseudônimos, para resguardar suas identidades.

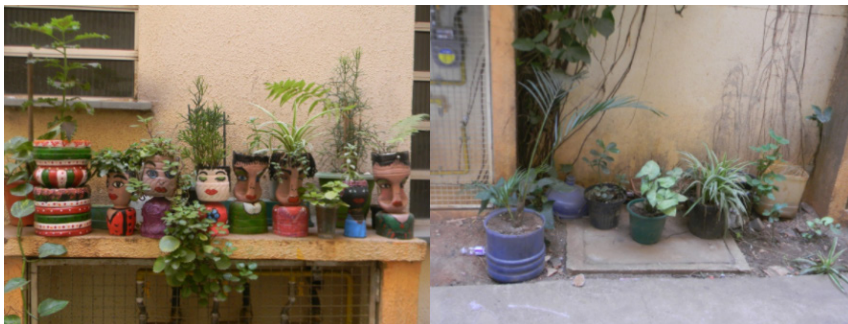
no joelho. [...]. Aí, a gente acabou limpando e aí, o que eu fiz? Aí, comecei a desmontar meu barraco, que eu tinha lá no final da favela e trazer as madeiras para o começo, para construir. Era só esse vizinho meu, esse colega, que falou: ‘te ajudo fazer’. Aí desmontei meu barraco todinho. Meu barraco era grande. Era quatro cômodos. Aí tirei as telhas, as madeiras, tudo, e comecei a transportar. Eu mesma trazia na cabeça, dentro da favela, que eu nunca tive vergonha de nada mesmo. [...] Mas aí a gente começou a fazer e quando foi com oito dias, a gente terminou. [...] A gente construiu para cima porque, como enchia, então, se eu fizesse embaixo, ia encher. Nós fizemos dois metros e vinte do chão. [...] Aí eu fiz só um cômodo mesmo, do tamanho disso aqui. [...] E nós passou um ano sem chuveiro, sem tomar banho quente. Só tomava banho gelado. [...]. (Trecho da narrativa gravada em 1º de novembro de 2020 com Ana, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Embora venham de áreas periféricas e ocupações precárias, e tenham sido atendidos dentro da mesma faixa de renda mais baixa do Programa *Minha Casa Minha Vida*, os moradores do Conjunto Residencial Tangará não compõem um perfil socioeconômico tão homogêneo quando olhamos mais atentamente para suas vivências e experiências. Em nossa primeira ida a campo, Andreia Barbosa, moradora e bolsista desta pesquisa, informou-nos que *há muitas classes dentro da classe* dos moradores, enquanto nos mostrava as áreas externas do residencial. Essa afirmação foi ecoando à medida que adentrávamos o terreno murado, revelando diferenças e pluralidades, como ilustram as imagens a seguir.

Imagem 1 – Estacionamento do condomínio em dia de abastecimento por caminhão pipa



Fonte: Acervo próprio (equipe de pesquisa)

Imagem 2 – Vasos de plantas de dois blocos diferentes

Fonte: Acervo próprio (equipe de pesquisa)

Exemplos marcantes, como a observação do estacionamento do condomínio (com o visível contraste de valores entre os veículos ali estacionados) e as diferentes demandas urgentes sinalizadas por nossos interlocutores, demonstraram que há diferenças materiais e diferenças da percepção de urgência atribuída às fases da pandemia, como pode ser observado nos trechos das entrevistas a seguir:

Pesquisador 4: Dentro do Tangará, você acha que existem grupos mais vulneráveis do que outros? Consegue ver essa divisão no condomínio?

Elza: Aí dentro tem muita gente que não tem o que comer. Essa é a verdade. Têm famílias que têm 13 filhos, criancinha pequena... mas aí não sei como é a vida deles, só conheço de vista. (Trecho da entrevista gravada em 17 de outubro de 2020 com Elza, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Pesquisador 1: No cenário de pandemia, você consegue enxergar grupos mais vulneráveis do que outros?

Cássia: Sim, acredito que há um número grande de pessoas desempregadas. Conheço morador que junta recicláveis para conseguir alguma renda. Então, são pessoas bem vulneráveis. Inclusive, houve um incidente aqui no condomínio, um morador que acabou – sem querer ou querendo, não se sabe – provocando um incêndio. Depois se soube que ele vivia em situação de rua e o dono cedeu o apartamento para ele morar. Mas não tinha praticamente nada no apartamento de móveis, mas parece que tinha muitos papelões que ele guardava. Conseguiram controlar, ainda bem, e ele não se machucou e nenhum apartamento vizinho. Além disso, sei de casos de moradores do outro bloco que não têm fogão e fazem a comida em latinha. Então, tem esses perfis. (Trecho da entrevista gravada em 13 de novembro de 2020 com Cássia, branca, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Observando os perfis dos moradores e as descrições de suas vivências na pandemia, notamos que, mesmo em uma região considerada “carente”, em uma generalização de senso comum, há diversas nuances econômicas e culturais presentes. E, por meio das nuances notadas no campo, nosso entendimento de que existiam muitas diferenças entre as experiências e vivências dos moradores se solidificavam.

Nessas diferenças, observamos que, além do marcador socioeconômico, operavam também marcadores simbólicos entre os moradores, referentes, por exemplo, aos locais de origem antes da vinda para os condomínios e ao próprio condomínio em que residem. Ainda que os condomínios Tangará, Jacuguaçu e Cambacica integrem a mesma faixa de renda do Programa *Minha Casa Minha Vida* – com requisitos de renda mais baixos –, a pesquisa apontou para comportamentos de distinção que procuravam marcar diferenças e hierarquias nas relações dos moradores do Tangará entre si e entre eles e os dos conjuntos residenciais vizinhos.¹⁸

Na análise sociológica moderna, as correntes dominantes cada vez menos oferecem modelos de classes sociais (e estruturas sociais) estanques (Bourdieu, 2004). Durante a experiência de campo, na aplicação de questionários e realização de entrevistas e narrativas, a pluralidade social, tanto em marcadores de renda quanto em nível de escolaridade e práticas, surgiu em diversos momentos. Ao falar da urbanização do território, podemos pensar que diversas práticas manifestadas no Tangará são reproduções de práticas e estratégia de seus locais de origem. Ainda que, para todos eles, a experiência de morar em um condomínio não estivesse presente anteriormente, a organização, por parte da prefeitura, da ocupação do Tangará manteve o critério do bairro de origem na definição do bloco de residência, de modo que os moradores de um mesmo bloco vieram de um mesmo local.

Contudo, nem todas as especificações programáticas se mantiveram com o processo de ocupação do Tangará. Uma prática comum, por exemplo, é a possibilidade de alugar um apartamento. Outra ocorrência não prevista é a existência de comércio dentro do Conjunto Residencial, principalmente nos apartamentos no térreo. De modo geral, em edifícios residenciais, o pavimento

18 Entre os relatos de campo, nossos interlocutores chamaram a atenção para as diferenças no controle de entrada de visitantes no Conjunto Residencial Tangará, menos rigoroso, e em um conjunto vizinho, mais rigoroso, como uma das marcações de diferenças que eram traduzidas como um desprestígio social para eles. Além disso, entre os moradores do Tangará, havia diferenças sobre os usos dos espaços comuns pelas crianças, sendo entendido por eles como menos valorizadas as famílias que deixavam seus filhos brincar livremente, por muito tempo e sem a supervisão de adultos.

térreo costuma ser o menos valorizado. Pela resignificação dos espaços, no Conjunto Residencial Tangará, observamos que a lógica se inverteu: o térreo passou a concentrar os usos comerciais. Então, nesse pavimento, os apartamentos, além de moradia, abrigam o comércio local. Logo, passaram a ser “pontos” mais valorizados.

Imagem 3 – Registros do pavimento térreo de blocos diferentes transformados em comércio



Fonte: Acervo próprio (equipe de pesquisa)

Essa mudança de uso é pensada em diversos campos da geografia, da arquitetura e também nas ciências sociais. Um estudioso que marca essa discussão é James Holston (1996), ao cunhar o conceito de cidadania insurgente. Esse conceito está ligado às práticas e estratégias que transgridem a finalidade inicial de espaços e objetos. O comportamento de aversão à ordem social e aos usos dados para equipamentos urbanos caracteriza o principal ponto de reflexão do autor. Holston lê a subversão como uma estratégia de enfrentamento das

segregações e privações, principalmente nas regiões marginalizadas, mas não exclusivamente. A periferia e a Região Metropolitana de São Paulo são grandes conglomerados dessas práticas subversivas.

A urbanista Ananya Roy (2017) estimula diversos prismas de análise que pensam a periferia como um espaço dotado de relações políticas, sociais e de consumo particulares em relação aos grandes centros comerciais urbanos. A principal tese da autora trata da concepção de que a relação de subalternidade entre as grandes cidades e suas periferias alimenta uma nova forma de organização da vida social, a qual passa a legitimar e concentrar suas preferências (especialmente de consumo) em um nível local.

Roy estabelece ainda disparadores aplicáveis ao caso guarulhense: informalidade urbana, zonas de exceção e espaços cinzentos. Por informalidade urbana, podem ser enquadrados hábitos de trabalho e moradia que não seguem a conceituação tradicional de “formal” pensadas e aplicadas no senso comum. As zonas de exceção incorporam na discussão o campo do planejamento urbano, ao pensar regiões em que, por questões de diretrizes da lei de zoneamento local, fomentos e programas de desenvolvimento não existem. Esses espaços seguem estratégias de desenvolvimento que não estão associadas ao projeto assistido pelas políticas públicas. Os espaços cinzentos, enfim, são aqueles estigmatizados por serem dotados de altos índices de incidência de delitos (geralmente contra a vida ou contra o patrimônio) e costumam estar afastados geograficamente dos grandes centros, remontando a uma relação de segregação das sociedades coloniais.

Por fim, uma última questão a destacar se refere a modelos e arranjos familiares. De acordo com o *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*¹⁹ do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), a família composta por um casal heterossexual e filhos – a chamada “família tradicional” – representava 58% das famílias em 1995. Dados de 2015 apontam que esse modelo familiar caiu para 42%, isso é, no espaço de duas décadas, esse modelo deixou de ser majoritário, abrindo espaço para maior diversidade de arranjos familiares possíveis, tais como as famílias monoparentais, as famílias homoafetivas, as famílias sem filhos e os lares unipessoais.

Nos relatos e observações de campo, também nas entrevistas e narrativas, nossas principais interlocutoras e participantes da pesquisa foram as mulheres, principalmente, mulheres negras. Tivemos apenas dois homens como interlocutores nas entrevistas e narrativas. Todas as demais (sete entrevistas e três narrativas) foram de mulheres. Chamou nossa atenção o fato de serem comuns, no

19 O estudo completo do IPEA pode ser consultado em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>.

Tangará, as famílias chefiadas por mulheres, parte delas “mães solo”, parte com os maridos presos e parte avós (também “solo”) que criam os netos. O perfil de famílias chefiadas por mulheres e com filhos menores de idade é bastante recorrente na região e é lido como um perfil altamente vulnerável. A inclusão da figura da chefe de família como beneficiária do auxílio emergencial dobrado chama atenção para a vulnerabilidade desse público.

Experiências da pandemia nos territórios estudados

Como indicamos na introdução, os eixos analíticos destacados para pensar transversalmente as experiências e vivências dos territórios da pesquisa foram: (1) vulnerabilidade, risco, moradia e renda; (2) as violências a que as populações dos territórios estão submetidas, com foco na violência de gênero e policial; (3) sofrimento mental e uso intensivo de substâncias; (4) saúde, informação e prevenção; (5) acesso a auxílios e redes de solidariedade; e (6) a insegurança alimentar.²⁰

Durante as entrevistas, nossos interlocutores se detiveram mais no primeiro eixo – vulnerabilidade, risco, moradia e renda – do que nos demais. Entre os resultados, destacamos que a percepção de risco, relacionada às perdas de trabalho e renda diante da pandemia, foi a mais citada e foi entendida como intensificadora dos demais. Nos relatos dos participantes, condições como a saúde mental (eixo 3) e a insegurança alimentar (eixo 6) foram associadas frequentemente à ausência de fonte de renda, à diminuição de renda e à preocupação com o futuro.

Pesquisador 1: Uma pergunta mais geral, então, pra gente começar: como tem sido a sua vivência nesse período de pandemia, suas experiências?

Karina: Eu acho que não só eu, mas tá sendo um momento difícil para todo mundo. Assim, eu acho que quem é sensível, [...], nesse momento, não tá bem, né? Acho que não tá bem. Mas eu, particularmente, eu tenho levado a minha vida assim até... Tipo... Tá sendo... Eu tô levando. Tô conseguindo levar em um... Tipo, eu não estou, tipo, me afundando acho que meio que no psicológico. Eu acho que muita gente tá passando por isso no momento, mas eu tô levando de uma forma que... Acho que da melhor forma possível que eu deveria estar levando. Eu sei que tem muita gente que não tá bem nesse momento. Eu sei que é um momento muito difícil para todo mundo,

20 Cabe lembrar que, além dos dois territórios em Guarulhos, cujos resultados tratamos aqui, a pesquisa também envolveu outros 14 territórios em São Paulo, Osasco, Diadema e Santos.

mas eu, no final disso, eu vou olhar e pensar “Eu acho que eu consegui, né, levar isso de uma forma mais tranquila, boa na medida do possível”. Então, assim, tá sendo uma coisa... Tipo assim, embora eu esteja parada, não esteja trabalhando, essa coisa de ficar em casa sem fazer nada, fica muito ocioso, é uma coisa muito difícil, acho que para todo mundo. Eu acho que a pessoa pode ser o mais acomodado possível, mas é um momento difícil, entendeu? Então, assim, eu tô conseguindo levar na medida do possível bem, entendeu? (Trecho da entrevista gravada em 9 de outubro de 2020 com Karina, negra, vinculada ao Núcleo Mabel Assis).

Pesquisador 3: Tem algum momento que te marcou positivamente?

Elza: Teve um período que a gente não tinha nada para comer. Estavam distribuindo cestas por aqui, mas, na hora de receber, riscaram meu nome. Eu fiquei sem ter o que fazer. Coloquei nas mãos de Deus e, dois dias depois, ganhei cinco cestas. Com o benefício que recebo, mal está dando para pagar as contas. Tá tudo vindo muito alto. As contas estando pagas, a gente dá um jeito. (Trecho da entrevista gravada em 17 de outubro de 2021 com Elza, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Pesquisador 1: Como tem conseguido se manter durante esse período de pandemia?

Olga: Monetariamente, você diz?

Pesquisador 1: Fundamentalmente pensando no ponto de vista financeiro.

Olga: É, aumentou tudo. Meu salário diminuiu. Eu tive que trocar um celular por conta do meu trabalho, porque não pegava... O celular eu tive que trocar, trouxeram computador da escola porque eu não tenho computador, não tenho nada... Quer dizer, isso tudo movimentou uma vida que eu não tinha. Eu não tenho que ter computador, eu não preciso... Aí trouxeram o meu computador em casa. Consequentemente, eu preciso do SED, né, que é onde a gente vê as notas dos alunos. O meu celular não era compatível. Eu tive que trocar o celular, quer dizer... Eu não vi vantagem nenhuma nesse ponto de vista. Continuo, claro, eu não sei se chega a ser uma disponibilidade muito eloquente de ficar em casa. Mas eu não tô sem fazer nada, continuo o meu trabalho... Tudo tem aumentado diariamente, isso é fato e... É isso. Ainda bem que eu moro sozinha, porque, se tivesse mais uma pessoa, não teria como, eu não teria como... Porque a gente vê a dificuldade que está acontecendo perante as famílias...” (Trecho da entrevista gravada em 08 de outubro de 2020 com Olga, negra, vinculada ao Núcleo Mabel Assis).

Ainda sobre o primeiro eixo de análise, e pensando na relação entre percepção de risco e moradia, durante as visitas a campo ao Tangará, pudemos notar uma mudança de ritmos nas preocupações dos moradores com a transmissão de COVID-19, o que estabelece uma relação também com o quarto eixo de análise, sobre saúde, informação e prevenção. Na primeira ida a campo, em julho de 2020, havia álcool gel na portaria, distribuição de máscaras e moradores que circulavam com máscaras. Contudo, no período final da pesquisa, entre outubro e novembro de 2020, já quase não havia uso de máscaras. A questão foi abordada por Luiz, durante a segunda gravação de sua narrativa:

Luiz: Aqui dentro do condomínio, estou seguro e não preciso mais usar máscara. Essa é a ideia que permanece entre a população que circula no condomínio. As pessoas estão mais confiantes, acham que a onda já passou, já levou embora quem tinha de levar e não querem mais usar. O que eu noto aqui no condomínio é que as pessoas mais velhas transformaram a máscara em “protetor de queijo”. Entendo que devem ter mais resistência [...] Fico preocupado com o relaxamento dos cuidados das pessoas, que deixaram de usar máscara e não usam mais álcool em gel. Creio que não é assim não. Poderemos ter uma parte dois da pandemia e um Covid-20 aparecer... É horrível pensar assim, mas ninguém sabe o que pode acontecer. E fico muito preocupado com quem não usa máscara. (Trecho da narrativa gravada em 1º de novembro de 2020 com Luiz, negro, morador do Conjunto Residencial Tangará).

Ainda relacionando os resultados dos eixos 1 e 4, nas questões referentes à percepção de risco, renda e prevenção, salientamos que o isolamento social caiu de forma gradativa ao longo da pesquisa e essa queda esteve relacionada com a necessidade de busca de renda. Ouvimos relatos também que pensaram no trânsito como termômetro do nível de isolamento na região. De acordo com nossos interlocutores, o tráfego e o fluxo de pessoas só foram reduzidos no primeiro mês de pandemia. Logo depois, em especial na Estrada Juscelino Kubitschek e nos acessos à Rodovia Dutra (marcos regionais importantes do trânsito na região), a circulação veicular se mostrava muito próxima do normal.

Para as famílias que tinham crianças e jovens em idade escolar, todos os participantes ouvidos se colocaram contra o retorno das aulas presenciais antes da vacinação. Esse foi um tema contemplado pelo roteiro de entrevistas e apontou para um diagnóstico acerca da condição das escolas. A infraestrutura, mesmo para as aulas presenciais em tempos não pandêmicos, foi relatada como

precária. Durante a primeira onda da pandemia, quando foi realizada a pesquisa, a inviabilidade para o retorno foi unânime entre os moradores que conhecem as condições sanitárias desses espaços.

Avançando para o eixo de análise referente à violência, as violências doméstica e de gênero estiveram ausentes dos relatos e observações de campo e apareceram somente quando perguntadas diretamente aos participantes da pesquisa.²¹ Além disso, foram pontos recorrentes na fala dos entrevistados a indicação de que as situações de violência ocorreram fora de seu núcleo familiar. O relato mais comum foi a afirmação de que houve acentuação das práticas de violência, especialmente contra a mulher, mas utilizando como referência os dados estatísticos e informações veiculadas na imprensa. Ainda dentro desse relato que faz alusão às situações de violência, é indispensável perceber que, nessas descrições, a violência está contida na ideia do “outro”.

Essa ausência pode ser entendida por diferentes razões. A primeira delas é a de que a violência doméstica e a de gênero são formas relativamente silenciadas de violência, justamente por acontecerem no espaço privado das casas. Assim, são menos visíveis e menos expostas aos olhares públicos, especialmente a olhares de estrangeiros aos territórios, como nós. Junte-se a isso o fato de que muitas mulheres têm medo ou receio em denunciar, procurando muitas vezes esconder, até mesmo de pessoas mais próximas e de familiares, a violência que sofrem em casa e que é perpetrada por alguém com quem elas têm um vínculo afetivo. Nesse sentido, diferentes estudos têm mostrado as dificuldades e barreiras enfrentadas pelas vítimas desse tipo de violência para denunciar e/ou buscar auxílio (Madeira; Furtado e Dill, 2021; Bozzo; Matos; Beraldi e Souza, 2017).

Quanto às crianças, acrescentem-se as dificuldades em comunicar ou mesmo elaborar a violência que sofrem. Não por acaso, o espaço da escola, em que a criança desenvolve vínculos com outros adultos que não sua família, tem sido importante para que a sua denúncia ocorra. Cabe lembrar, enfim, que muitas famílias do Tangará são chefiadas por mulheres, com mães (e avós) sozinhas e mulheres cujos companheiros estão presos. Ou seja, há ali uma relativa ausência de homens na composição familiar.

As violências de gênero e doméstica, por suas especificidades, requerem estratégias de pesquisa especialmente pensadas para conseguir identificá-las e abordá-las, o que extrapola o escopo desta pesquisa, cujo desenho metodológico

21 A violência policial apareceu, especificamente, em dois territórios da pesquisa, no Fluxo/Cracolândia, e relacionada ao tratamento das populações em situação de rua, e no Eldorado/Diadema, relativo à reintegração de posse de um território vizinho. Não foram identificadas situações de violência policial nos territórios de Guarulhos durante a pesquisa.

não foi pensado para dar conta dessas especificidades. Assim, excluindo-se as perguntas diretas feitas nas entrevistas, não tínhamos outras estratégias para chegar à observação dessas formas de violência – o que não quer dizer que não ocorram no espaço do Tangará.

A análise dos resultados relativos a sofrimento mental e uso de substâncias não identificou uma associação entre esses dois fatores. Por um lado, houve vários relatos de sofrimento mental por parte das participantes mulheres, sendo que uma delas falou abertamente sobre estar com depressão e outras três informaram terem tido crises de ansiedade na pandemia. Além das preocupações com renda e perda de trabalho, como já evidenciado, os relatos relacionaram o sofrimento à solidão decorrente do isolamento social e da restrição de convívio com entes queridos e ao medo de contrair coronavírus e morrer ou perder algum ente querido na pandemia.

Pesquisadora 6: Você poderia destacar alguma cena marcante na pandemia? Algo que tenha te marcado?

Josélia: Acho que foi as imagens que a gente viu dos caixões e a construção do hospital... quando começou a construir no Cecap, aquilo nos fez ver que era muito grave e que a cada semana um parente da gente ia morrer. Isso que passava na minha cabeça. Eu cheguei a falar para minha mãe que daquele jeito não conseguiríamos atravessar a pandemia sem perder alguém. Íamos deixar alguém pelo caminho. Minha irmã é fumante e, quando começou isso piorou, foi um cigarro atrás do outro. Minha mãe tem pressão alta e não abaixava. Não estávamos nos distraindo com nada, nem ver algo para distrair, mas fomos nos apegando com Deus, lógico... E parando de assistir televisão. Não que tenha acabado a pandemia. Acho que está até do mesmo jeito que começou. Mas temos evitado a TV. [...].

Pesquisadora 6: Sobre a saúde mental, como você tem lidado com a pandemia?

Josélia: Agora estou mais tranquila. Mas, no começo, eu estava bem bagunçada. Sei lá o que passou. Achei que íamos morrer. Imaginava o pior, coisas com a minha mãe. Mas agora estou me sentindo melhor.

Pesquisadora 6: Você falou que tem ansiedade ou que teve uma crise de ansiedade?

Josélia: Eu tenho ansiedade e tive a crise. Eu controlo, mas a gente nunca passou por uma pandemia. Então, foi isso. Até teve da gripe, mas nem se compara... (Trechos da entrevista gravada em 17 de outubro de 2020 com Josélia, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Entre os homens, um deles falou, de forma menos intensa que a última entrevistada, sobre medo de contrair o coronavírus e se sentir incomodado, enquanto o outro enfatizou bastante a concepção do “reinventar-se” durante a pandemia para enfrentar os desafios postos. Naquele momento, nenhuma interlocutora (e nenhum interlocutor) havia perdido alguém próximo devido à pandemia. Por outro lado, ao analisar o material das entrevistas em Guarulhos, vimos poucas referências explícitas ao aumento no consumo de substâncias (álcool e outras drogas). As poucas informações coletadas não significam que o fenômeno não aconteceu, mas que as estratégias adotadas pela pesquisa não foram pensadas para a observação desse tipo de fenômeno específico.

Nesse sentido, o Relatório Mundial sobre Drogas de 2021, produzido e divulgado pelo *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC)²², aponta para um severo aumento no consumo de álcool e drogas nos últimos anos e com tendência aumentada com a pandemia. De acordo com o relatório, várias são hipóteses levantadas para a intensificação do consumo, sendo os opioides um grupo de substâncias com enorme alta, especialmente no público feminino. Ainda de acordo com o relatório, o marcador social de renda continua sendo um fator importante na ocorrência de transtornos associados ao uso de drogas.

Se estar em casa poderia significar o aumento do consumo de várias substâncias, incluindo álcool, a flexibilização da quarentena também significou a intensificação desse uso em ambientes coletivos. Algumas falas dos moradores do Tangará foram específicas em dizer que, na verdade, essa mudança do ambiente de consumo pode aparentar um aumento de maior intensidade no uso.

Passando agora para questões relacionadas ao acesso ao auxílio emergencial oferecido pelo governo federal, parte de nossos interlocutores apontou dificuldades de acesso ao benefício, em especial de acesso à *internet*. Houve também relatos de problemas documentais na sua concessão e de uso do aplicativo, que fizeram com que parte desses moradores se deslocasse até a agência da Caixa Econômica Federal localizada nas imediações, como aponta o trecho abaixo da entrevista com Elza:

Pesquisador 4: Você conseguiu receber o auxílio ou alguém da sua casa recebeu?

Elza: Consegui sim.

Pesquisador 4: Teve alguma dificuldade para conseguir? Só você conseguiu na sua casa?

22 O relatório está disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr2021.html>.

Elza: Pois é, foi muito difícil. Em casa, eu e meu filho pegamos. Mas foi bem difícil. Teve um problema com o CPF, tive que ir até a Caixa. Me atenderam lá, fizeram o cadastro de novo e recebi o benefício. (Trecho da entrevista gravada em 17 de outubro de 2020 com Elza, negra, moradora do Conjunto Residencial Tangará).

Cabe destacar que a pesquisa foi realizada durante a primeira onda da pandemia, entre abril e dezembro de 2020, período em que foi disponibilizado o auxílio emergencial no valor inicial de R\$600,00, podendo chegar a R\$1.200,00. Entre nossos oito interlocutores das entrevistas, apenas duas mulheres disseram não receber o auxílio. Nas narrativas, uma das interlocutoras tratou da questão, informando também receber o auxílio.

Além do auxílio, abordamos também, nas entrevistas, a formação de redes de solidariedade. Muitos dos nossos interlocutores que receberam o auxílio emergencial contaram também com a doação de cestas básicas e de itens de higiene. As entrevistadas que são moradoras do Tangará apontaram as doações vindas de uma escola municipal e do próprio *campus* da Unifesp (por meio de professores e alunos que já atuavam no local em projetos de extensão), e também de entidades religiosas.

Contudo, as doações não chegaram a constituir uma rede regular de solidariedade com a qual os moradores do Tangará pudessem contar. A constituição dessa rede é, segundo um de nossos interlocutores do Núcleo Mabel Assis, um dos objetivos das ações do Núcleo e da UNEAfro:

Pesquisador 1: Você participou de alguma rede de solidariedade no seu território? Você percebeu algum grupo com esse objetivo no território?

Tiago: No geral, acho que a galera se ajudou bastante, um com o outro mesmo... Aqui no nosso território, a gente já... Já existia um projeto de auxílio com as cestas, que é a UNEAfro mesmo, que faço parte. Com a pandemia, conseguiu abranger mais pessoas. (Trecho da entrevista gravada em 16 de outubro de 2020 com Tiago, negro, vinculado ao Núcleo Mabel Assis).

Por fim, em relação à insegurança alimentar, alguns de nossos interlocutores informaram que estavam se alimentando mais durante a pandemia, por estarem mais tempo em casa. Houve também relatos de aumento de consumo de alimentos ultraprocessados e de dificuldade em se alimentar devido a questões de saúde mental. Apenas uma interlocutora, mulher negra moradora do Tangará, falou abertamente sobre ter passado por situações de escassez de alimentos e fome (trecho citado anteriormente). Entre os demais interlocutores,

as situações de insegurança alimentar apareceram relacionadas a vizinhos, conhecidos ou à sua atuação na doação de cestas básicas.

Considerações finais

O desenvolvimento desta pesquisa junto ao Conjunto Residencial Tangará e ao Núcleo Mabel Assis da UNEAfró foi marcado por seu caráter multidisciplinar. Ele nos trouxe a possibilidade de integrar à equipe de campo alunos e alunas dos cursos de ciências sociais, história e pedagogia da Unifesp e duas estudantes do ensino médio, quase todos moradores do Tangará ou de regiões próximas, possibilitando, assim, um intenso diálogo e aprendizado das dinâmicas que caracterizam os territórios da pesquisa. Salientamos também a contribuição das ciências humanas e sociais frente à proposta do caráter de multidisciplinaridade da pesquisa, e, como tal, a utilização de metodologia baseada em referencial teórico desses campos do saber. Consequentemente, parte dos elementos utilizados como instrumentos da metodologia, como as entrevistas, as narrativas, os relatos e diários de campo deixam em evidência tal participação.

No tocante à constatação de que as vulnerabilidades, em seu sentido plural, estão presentes nas experiências e vivências dos moradores no momento de pandemia de COVID-19, em particular, nos nove meses da sua duração, em 2020, ressaltamos a marca de uma questão igualmente relevante em todo o território nacional: as desigualdades sociais.

A pesquisa trouxe à tona, de forma expandida, a também pluralidade frente às desigualdades, sendo, portanto, a confirmação de um conjunto de fatores que acarretaram e ressaltaram as desigualdades sociais ali presentes. A pandemia de COVID-19 deixa evidenciadas as situações de exposição desse conjunto de moradores, entrecruzando as questões de vulnerabilidade, individual e social, e demonstrando o agravamento das desigualdades. Elas são reconhecidas com a constatação de que, nesse universo de moradores, estimado em cerca de três mil pessoas, e formado por famílias configuradas de distintas formas, há uma diversidade de vivências e experiências de classes. Ou, como observou uma das pesquisadoras de campo, aluna do curso de pedagogia da Unifesp, *há várias classes dentro da classe*.

Observando os perfis dos moradores e as descrições de suas vivências na pandemia, notamos que, mesmo em uma região tida como vulnerável (em uma tendência de generalização do senso comum), há diversas camadas econômicas e culturais presentes. Inclusive, entre moradores, relataram-se situações de “preconceito” e referências às antigas moradias. Vir de uma ocupação, de uma

favela, de regiões distintas do município de Guarulhos e arredores pôde imprimir a diversidade de classes frente a um estado/situação de maior ou menor pobreza. Essa questão poderá ser aprofundada em futuras pesquisas.

As poucas referências a violências de gênero e doméstica apontam para a necessidade de pensar outras estratégias de pesquisa, que considerem as práticas de silenciamento, por parte das vítimas e seus agressores. Justamente por acontecerem no espaço privado das casas, são violências menos visíveis e menos expostas aos olhares públicos, especialmente aqueles olhares que vêm de fora do universo cotidiano desses territórios.

A questão da saúde mental, por sua vez, apareceu de forma acentuada e esteve atrelada a outras experiências desencadeadas pela pandemia; em especial, as inseguranças e incertezas em relação a trabalho e renda, a solidão em virtude do isolamento social e o medo de morrer ou perder entes queridos pelo coronavírus. Como resultado, apareceram nos relatos de nossos interlocutores atitudes depressivas, crises de ansiedade e irritabilidade e descompassos com as rotinas de alimentação e do sono.

Por último, junta-se o fator moradia, tendo em vista a precarização dos apartamentos, das áreas comuns e da infraestrutura da região. Em meio ao cenário caótico e crítico em que nos encontrávamos da crise sanitária, às constatações de que essas populações periféricas necessitam sobretudo de mais atenção e cuidado por parte do Estado, diante do crescimento vertiginoso da fome, da precarização do morar/habitar e da perda de renda e à iminência de um abandono no que diz respeito à condição sanitária, este estudo aponta para a necessidade de um conjunto articulado de ações. Tal conjunto deve reunir a mobilização social e construção de políticas públicas que estabeleçam um diálogo com tal realidade. Nesse sentido, esta pesquisa poderá vir a contribuir no momento atual, assim como no futuro, tendo-se em vista o aprofundamento de estudos para a ampliação do entendimento a respeito das vulnerabilidades trazidas pela pandemia de COVID-19.

Referências

- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAM, Serge. (Org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp.102-123.
- BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. O raciocínio etnográfico. In: PAUGAM, Serge. (coord.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp. 185-201.
- BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma «etnografia retrospectiva». *ANTROPOLógicas*. Lyon, n. 13, 2015, pp. 67-78. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/2573/5117>. Acesso em: 02 ago. 2021.

- BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Florianópolis, v. 2, n. 1(3) jan./-jul. 2005, pp. 68-80.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 2004.
- BOZZO, Ana Clara Borborema *et al.* Violência doméstica contra a mulher: caracterização dos casos notificados em um município do interior paulista. *Revista Enfermagem UERJ*. Rio de Janeiro, v. 25, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/viewFile/11173/22016>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- CHAUVIN, Sébastien e JOUNIN, Nicolas. A observação direta. In: PAUGAM, Serge. (Org.). *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Vozes, 2015, pp. 135-137.
- DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, pp. 23-35.
- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- FURTADO, Lumena A. C. *et al.* Covid-19 – Desigualdades e vulnerabilidades na pandemia Covid-19: caminhos para produção de uma pesquisa participativa. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 4, 2020, pp. 306- 318. Doi: 10.1590/0103-11042020E421.
- HOLSTON, James. Espaço de cidadania insurgente. *Revista do IPHAN*. Brasília, n. 24 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8869>. Acesso em: 02 ago.2021.
- HUGHES, Pedro Javier Aguerre. Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo. Tese de doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, 2003.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das desigualdades de Gênero e Raça*, 2005. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
- KILOMBA, Grada. Quem pode falar? (Who can speak?). *Plantation memories. Episodes of everyday racism*. Münster, Unrast-Verlag, 2010.
- LIMA, Filipe Antunes. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. Dissertação de mestrado, Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.221>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- MADEIRA, Lígia Mori; FURTADO, Bernardo Alves e DILL, Alan Rafael. *Vida: simulando violência doméstica em tempos de quarentena*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, Ipea, 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10509/1/td_2633.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

- MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, 2002, pp. 11-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/ao2v1749.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividade e redes de migrantes. *TRAVESSIA – Revista do Migrante*. São Paulo, n. 76–jan./jun. 2015, pp. 99-112.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*. Lisboa, v. 40, n. 40, 2018, pp. 139-153.
- ROULSTON, Kathryn; DEMARRAIS, Kathleen e LEWIS, Jamie B. Learning to Interview in the Social Sciences. *Qualitative Inquiry*. University of Georgia, v. 9, n. 4, 2003, pp. 643-668.
- ROY, Ananya. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. *@Metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, n. 31, dez. 2017, pp. 7-21.
- VELHO, Gilberto. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 6, n. 13, jun. 2000, pp. 15-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n13/v6n13a02.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- VENSON, Anamaria M. e PEDRO, Joana M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 125-139.

Recebido em: 05/01/2022

Aprovado em: 06/02/2023

Como citar este artigo:

- SANTOS, Wesley; PAULA, Liana de; RODRIGUES, Joana. Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 2, maio - agosto. 2023, pp. 589-615.